



Fundação Universidade Federal do ABC

Pró reitoria de pesquisa

Av. dos Estados, 5001, Santa Terezinha, Santo André/SP, CEP 09210-580

Bloco L, 3ºAndar, Fone (11) 3356-7617

iniciacao@ufabc.edu.br

Projeto de Iniciação Científica submetido
para avaliação no Edital: Edital 04/2022

Título do projeto: A política externa chilena voltada para a América Latina e o projeto de integração latino-americano no governo Allende (1970-1973)

Palavras-chave do projeto: Política Externa Chilena; Governo Allende; Integração Latino-americana; América Latina.

Área do conhecimento do projeto: Ciências e Humanidades, Relações Internacionais.

Sumário

1 Resumo	2
2 Introdução e Justificativa	2
3 Objetivos	6
4 Metodologia	6
5 Cronograma de atividades	7
Referências	8

1 Resumo

Salvador Allende foi Presidente do Chile entre 1970 e 1973, era filiado ao Partido Socialista (PS) e fazia parte de uma coalizão das esquerdas do país - Unidade Popular, portanto foi um governo com propostas e ações progressistas. No contexto latino-americano, na época, os países da região eram, em sua maioria, conservadores ou alinhados aos princípios liberais e tentavam construir um plano de desenvolvimento a partir dessas perspectivas. O cenário externo era marcado pela consolidação do poder dos Estados Unidos nas relações internacionais e a disseminação dos seus ideais imperialistas e antissocialistas. Em contraposição, Allende e seu governo tinham como definidor da sua política externa a defesa dos objetivos e princípios terceiro-mundistas e da integração latino-americana. Principalmente a integração latino-americana era vista como uma ferramenta para a emancipação político-econômica e o real desenvolvimento dos países da América Latina, lutando contra a dominação imperialista da estrutura internacional.

Nesse sentido, a presente proposta pretende investigar a política exterior do governo Allende, entre 1970 e 1973, voltada para a integração latino-americana. O estudo irá analisar o contexto internacional no qual Allende governou o Chile, o projeto e as ações da política externa chilena em relação à América Latina e, principalmente, à integração latino-americana. O objetivo é, a partir de uma metodologia de análise de conteúdo, entender qual é a concepção da Unidade Popular sobre a integração latino-americana, as ações que conseguiram ser implementadas e seu legado para a integração regional. Por fim, o projeto está inserido no contexto de pesquisas e produções de grupo de pesquisa registrado institucionalmente e no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

2 Introdução e Justificativa

Salvador Guillermo Allende Gossens, médico e político, foi eleito Presidente da República do Chile em 1970 pelo Partido Socialista (PS), partido em que foi um dos fundadores, e a partir da coligação Unidade Popular, que é a coalizão entre os partidos de esquerda do país na época. O governo de Allende ficou conhecido também como governo da Unidade Popular. Nesse contexto histórico, o cenário internacional estava passando por grandes mudanças, era instável

e caracterizado por divisões ideológicas rígidas. A Guerra Fria ainda acontecia, apesar de estar passando por uma fase menos conturbada, com disputas entre a hegemonia capitalista e a socialista. Além disso, em 1971, os Estados Unidos põe fim à conversibilidade do dólar, o que afeta duramente os países em desenvolvimento da América Latina (AIROLA, 2013). Os países latino-americanos, por sua vez, influenciados pelo paradigma do desenvolvimento, concepção que ganha ainda mais força através dos vencedores da Segunda Guerra Mundial e do país que ganhava a hegemonia mundial da época, os Estados Unidos, tentavam traçar e entrar em um consenso quanto a um plano de desenvolvimento em meio a um cenário pouco favorável (BOFF, 2016).

Nesse momento, o ambiente na América Latina era de instabilidade e marcado pela iminência de movimentos revolucionários na região, em que, segundo Aravena (1997), a combinação entre os quadros de estrutura social e econômica pautados na marginalização e Guerra Fria direcionaram os debates à procura de mudanças estruturais. O autor entende que o governo Allende fez parte de um movimento de "nacionalismo revolucionário" latino-americano, que se fez presente também em governos da Bolívia, Peru, Panamá e Argentina. Nesse movimento o objetivo era a independência financeira dos países da região a partir de ideais nacionalistas e da solidariedade regional, voltando-se para a defesa do anti-imperialismo (ARAVENA, 1997).

Allende no primeiro discurso após sua eleição afirma que a política internacional do governo seria uma projeção dos objetivos ideológicos da Unidade Popular (AIROLA, 2013). dessa forma, as políticas externas seriam parte constitutivas das mudanças estruturais internas (VALVERDE, 2002). Ou seja, a política durante o período pretende seguir o plano socialista, então, objetiva a organização dos movimentos das grandes massas, encabeçadas pelo proletariado, para que possam usufruir do pleno exercício do poder e do uso justo da riqueza comum (DEBRAY, 1971 *apud* BOFF, 2016, p.383).

Apesar de ter um plano político socialista, o governo Allende adere a uma política externa inovadora chamada de "pluralismo ideológico", buscando romper com a estrutura de "fronteiras ideológicas" definida pela Guerra Fria e pelas superpotências, principalmente os Estados Unidos (AIROLA, 2013). Junto a isso, o Chile se coloca como país parte do Movimento dos Países não-Alinhados, ou como um país do Terceiro Mundo. Nesse ideal político, segundo Jorge Airola (2013), é possível identificar três pilares: *"estabelecer relações diplomáticas e comerciais com todos os países do mundo, independente do regime interno que os dita; defender as reivindicações dos países do então chamado "Terceiro Mundo"; e promover a integração latino-americana"* (p. 16, tradução nossa).

Tal política externa é voltada para a defesa dos princípios e objetivos terceiro-mundistas. Entre os princípios estão o de autodeterminação dos povos e o de não intervenção dos Estados, de modo que a sua soberania seja reconhecida. Os objetivos perpassam, justamente, por conseguir organizar uma coordenação dos países do Terceiro Mundo para que consigam lutar por interesses comuns, como: a reforma do sistema financeiro internacional, investigação da origem das dívidas públicas e proposição de soluções. A UNCTAD (*United Nations Conference on Trade and Development*), organismo intergovernamental permanente da ONU, foi criada em 1964 com a função de pensar e atuar sobre o crescimento dos países "em desenvolvimento". Allende defende que a UNCTAD é o foro mais representativo daquela época na comunidade internacional e permitia que essas questões econômicas e comerciais fossem tratadas por meio de uma real igualdade jurídica (AIROLA, 2013).

Quanto à defesa da integração regional, o projeto de Allende pretende a criação de uma organização que até aquele momento não existia, que seria estritamente latino-americana, e assim, que não incluísse a América do Norte, em especial, os Estados Unidos. Ainda que já existissem algumas organizações que visavam a integração na América, como a Organização dos Estados Americanos (OEA), essas incluíam os Estados Unidos e partiam de uma perspectiva pan-americana, ou seja, defendiam a integração de todos os Estados americanos. Na perspectiva da Unidade Popular esse pensamento e essas organizações eram apenas uma ferramenta de dominação estadunidense, e seria impossível que acordos com a principal hegemonia mundial pudessem favorecer o desenvolvimento dos países latino-americanos no sentido de torná-los independentes política e economicamente (AIROLA, 2013). O governo acreditava em uma outra bandeira para a integração, uma em que o processo seria uma ferramenta na luta contra a dominação à qual a estrutura internacional sujeitava a América Latina, inclusive excluindo-a dos espaços de decisões na economia e política internacional (VALVERDE, 2006).

Para além dos movimentos de articulação regional no âmbito interamericano, num contexto de independências e união regional contra tentativas de retomada das antigas metrópoles (VILLAFANE G. SANTOS, 2004), a ideia de integração regional surge, principalmente, depois da Segunda Guerra Mundial, quando a concepção de desenvolvimento moderna ganha espaço no âmbito internacional de forma rápida pela influência dos países "vencedores" dessa guerra. Na América Latina, o ideal de desenvolvimento é construído e disputado por, principalmente, dois campos políticos: o nacionalista ou protecionista e o liberal, ambos consideravam a integração regional como um meio para o desenvolvimento, mas a partir de concepções diferentes de integração (BOFF, 2016). A perspectiva chilena está próxima ao pensamento desenvolvimentista, que parte de um ideal protecionista, essa ideia defende que o sistema internacional funciona e se sustenta por relações de poder divididos entre centro e periferia, no qual a América Latina faria parte da periferia. Boff menciona as ideias de Prebisch ao dizer que *"para que a América Latina conseguisse se desenvolver pela via da industrialização, era preciso criar uma especialização produtiva entre os países, gerando cadeias regionais de produção"* (2016, p.114), surgindo a ideia de uma integração econômica, ou um "mercado ampliado". Boff pontua que esses ideais foram essenciais para que a América Latina comesse a construir uma perspectiva própria de desenvolvimento, ou até mesmo de projeto nacional, tomando a si mesma como referencial e quebrando com ideologias dadas pela hegemonia europeia e estadunidense.

Pensando no projeto política de integração latino-americana, a construção de um bom relacionamento com os países da América Latina, principalmente seus vizinhos - Argentina, Peru e Bolívia, é essencial para a construção de alianças internacionais, evitando inclusive um "ilhamento" político na América Latina (VALVERDE, 2006). Isso porque o contexto político da região não era favorável à ideologia do governo chileno. Brasil e Argentina estavam sendo governados por ditaduras militares. Bolívia, Uruguai, Colômbia e Venezuela tinham governos conservadores. Enquanto Equador, Peru, México e Cuba tinham governos simpáticos aos objetivos nacionalistas revolucionários (AIROLA, 2013). É preciso considerar nesse cenário que quase todos, senão todos, esses países mais alinhados à ideologia chilena sofriam pressões estadunidenses contra seu governo. Portanto, é nesse sentido que o pluralismo ideológico permite que a construção de relações entre os países latino-americanos mais "pacíficas e construtivas", Allende consegue contornar o "ilhamento" político e ainda torna a possibilidade da integração latino-americana mais real (VALVERDE, 2002).

O Pacto Andino, apesar de ser anterior ao governo da Unidade Popular, começou em 1969 com o Acordo de Cartagena, tomou grande destaque na política externa chilena, porque representou justamente a materialização de suas propostas de integração econômica-política, do sucesso do país em manter boas relações com os países da região e ainda mostrou resultados econômicos positivos para os países do acordo. De início, houve uma insegurança por parte de alguns países andinos em relação à política de Allende, mas logo os representantes externos chilenos fizeram questão de reafirmar a compatibilidade entre os interesses políticos do governo e do Pacto Andino e a validade dos compromissos que já tinham sido estabelecidos (VALVERDE, 2002). Allende fala:

"Porquê acreditamos que uma América Latina firmemente unida e atuando de forma solidária e indivisível frente aos problemas do presente e do futuro, é que acreditamos no Pacto Andino. Estamos convencidos que seus objetivos caminham no sentido da história e da unidade latino-americana." (ARHMINRECh *apud* VALVERDE, 2006, p.106, tradução nossa).

Quanto às relações com outros países para além da América Latina, é necessário estudar se o projeto de integração latino-americana resultou em uma política externa menos voltada para a promoção de relações com outros países ou se, de fato, não houveram tantos retornos nas relações fora da América Latina e, por isso, a integração latino-americana toma uma posição de ainda mais destaque nos planos estratégicos.

É claro que as relações com os Estados Unidos seriam problemáticas, porque a Unidade Popular defendia uma política com *"alto nível ideológico: um projeto comunista irredutível"*, como descreve Aravena (p.50, 1997). Nixon, antes mesmo de Allende assumir a presidência, já organizava com a CIA um golpe de Estado no Chile (AIROLA, 2013). O governo de Allende, apesar da política flexível e cautelosa do Governo da Unidade Popular em relação aos Estados Unidos (VALVERDE, 2002), toma medidas econômicas pouco favoráveis ao país, sendo a nacionalização de grandes mineradoras chilenas de cobre a mais significativa, e ainda denuncia ações políticas estadunidenses em vários foros internacionais (AIROLA, 2013). O resultado é a diminuição da ajuda financeira dos Estados Unidos, colocando o Chile na posição de país com menor ajuda econômica entre os países da América Latina, e a construção de uma relação política ainda mais frágil e negativa. Esse contexto foi somado ainda ao fim da conversibilidade do dólar, o que por si só diminuiria as ajudas estadunidenses aos países em desenvolvimento e aumenta o endividamento desses, com a elevação das taxas de juros (VALVERDE, 2002).

Ademais, o governo procurou e conseguiu estabelecer relações novas com alguns países socialistas, como a República Popular da China, República Democrática Alemã, Coreia do Norte e Vietnã do Norte, e essas foram alianças políticas e econômicas significativas. Cuba também foi um bom aliado, à medida que para além de relações políticas e comerciais, estabeleceu-se uma cordialidade mútua. Em relação à URSS, foi construído um certo diálogo, mas as expectativas eram bem maiores do que os resultados concretos, houve um apoio financeiro ínfimo, além da desconfiança e falta de reconhecimento demonstradas sobre o governo chileno. Os países socialistas, no geral, têm poucos recursos financeiros disponíveis e suas colaborações giram em torno dos países que já estavam integrados ao marxismo - que não era o caso do Chile. Ao fim, não houveram grandes vantagens para o país a partir dessas relações, entretanto foi positivo para a figura política de Allende e do país, que ficou conhecido como uma imagem importante para o Movimento dos não-Alinhados e para os "anti-norte americanos" da Europa. Para além

do bloco socialista, o governo buscou o contato com países africanos e asiáticos (VALVERDE, 2002).

Por fim, a política externa chilena entre 1970 e 1973 pode ser descrita por: uma base ideológica socialista e, apesar disso, criação de vínculos a partir do ideal do pluralismo ideológico; identificação com o Movimento dos Países não-Alinhados; e a defesa da integração latino-americana. Nas relações internacionais, prevalecia a hegemonia estadunidense e seus ideais de desenvolvimento - que sustentam as relações de dependência da América Latina; e os países socialistas estavam enfraquecidos e só sustentavam relações com Estados que já estavam alinhados. A crença de Allende é a de que a integração latino-americana teria a potência de construir uma personalidade comum, ampliando a mobilização social e lutando contra a perpetuação de um projeto político e sistema internacional imperialista, de modo que a América Latina conseguisse construir uma independência econômico-política e um projeto de desenvolvimento próprio (VALVERDE, 2002).

Esse estudo da política externa chilena durante o governo Allende voltada para a integração latino-americana é um passo no entendimento das ideias de integração latino-americana, dos governos progressistas latino-americanos e das Relações Internacionais como um todo, mas em especial da Política Externa latino-americana. Ainda, estudar os governos progressistas latino-americanos e suas políticas internacionais é parte de um estudo que se pretende desenvolver no futuro sobre o pensamento decolonial como forma de construção ideológica e política disruptiva, ou emancipatória.

3 Objetivos

O objetivo é estudar a política externa do Governo de Allende (1970-1973), também chamado de Governo da Unidade Popular por alguns autores, e as políticas voltadas para a integração latino-americana. O estudo pretende entender, com maior detalhamento, qual é a perspectiva da Unidade Popular sobre a integração latino-americana, quais foram as ações do governo para colocar o projeto de integração regional em prática e o legado dessas ideias para o pensamento integracionista regional.

4 Metodologia

Para alcançar os objetivos propostos será feita revisão bibliográfica de artigos científicos sobre a política externa chilena, o Governo Allende, a América Latina e o projeto de integração latino-americana. Os textos científicos serão encontrados em plataformas como o Scielo, Google Acadêmico, o portal de periódicos da CAPES e fontes de instituições acadêmicas chilenas, um exemplo é a Revista de Estudios Internacionales da Universidad de Chile.

Ainda, serão analisados documentos emitidos pelo governo, assim como discursos e entrevistas feitos por atores do governo chileno da época, como o Presidente Allende e o Ministro das Relações Exteriores, Clodomiro Almeyda Medina. Os discursos e documentos oficiais do Governo serão obtidos em sites oficiais das instituições governamentais do Chile e de

outras não governamentais, nas quais o Chile faz parte, sendo o caso da Associação Latino-Americana de Livre Comércio. As entrevistas serão encontradas em sites de revistas ou jornais.

O foco metodológico da pesquisa será a análise de conteúdo, nos termos propostos por Silva e Hernández (2020). A investigação se debruçará sobre pronunciamentos oficiais de Allende e de outros atores do governo, procurando elementos para entender a percepção sobre a integração regional. Esse método se baseia na perspectiva de que a fala discursiva como conteúdo de pronunciamentos oficiais é uma evidência dos objetivos e das ideias que estão por trás das ações dos atores tomadores de decisões. Ou seja, a fala e as ideias dos atores do governo são tratadas como essenciais para a investigar a prática e a realidade. Essa investigação será tanto quantitativa quanto qualitativa, a partir dos materiais textuais serão identificados dados quantitativos e depois esses serão analisados de forma qualitativa.

5 Cronograma de atividades

1. Etapa 1: Busca bibliográfica e de fontes primárias (discursos) e ampliação da base de referências
2. Etapa 2: Elaboração das primeiras análises
3. Etapa 3: Redação do relatório parcial
4. Etapa 4: Aprofundamento nas análises
5. Etapa 5: Elaboração do relatório final
6. Etapa 6: Elaboração do pôster para simpósio
7. Etapa 7: Participação do simpósio de iniciação científica
8. Etapa 8: Participação em grupo de pesquisa com orientadora

Tabela 1 – Exemplo de cronograma de atividades previstas

Etapa	Mês											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
2			X	X	X	X						
3					X	X						
4							X	X	X	X		
5									X	X	X	X

6												X
7												X
8	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Referências

AIROLA, J. La política internacional chilena del gobierno de la Unidad Popular 1970-1973: Un intento de pluralismo en las relaciones internacionales. Universidad Academia de Humanismo Cristiano. *Tiempo Histórico*. N°7 /15-27/ Santiago-Chile. 2013.

ARAVENA, F. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. *Rev. Bras. Polít. Int.* 40 (2): 49-75, 1997.

BOFF, R. A ideia de desenvolvimento na América Latina: Um manifesto decolonial. In: *Debates Interdisciplinares VII* / organizadores: Rogério Santos da Costa, José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Taísa Dias - Palhoça : Ed. Unisul, 2016. p. 105-123 – (Debates interdisciplinares).

SILVA, D.C.; HERNANDEZ, L.G. Aplicação metodológica da análise de conteúdo em pesquisas de análise de política externa. *Revista Brasileira de Ciência Política* [online]. 2020, n. 33 [Acessado 1 Julho 2022], e218584. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-3352.2020.33.218584>>. VALVERDE, C. Chile, la Unidad Popular y la integración latinoamericana. *Tzintzun: Revista de Estudios Históricos*, México, n°44, p.101-121, 2006.

_____. Chile y la integración latinoamericana. Política exterior, acción diplomática y opinión pública. 1960-1976. Tesis Doctoral - Facultad de Geografía e Historia de la Universidad Complutense de Madrid. Madrid, 2002.

VILLAFANE G. SANTOS, Luís Cláudio Villafañe Gomes. O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo:(do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). Unesp, 2004.